

“NEO-DESENVOLVIMENTO” NA PERIFERIA? AS CONTRADIÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOBRE A AMÉRICA LATINA POR MEIO DA IIRSA

AVANCE DE INVESTIGACIÓN EN CURSO

GT14

HEGEMONÍA ESTADOUNIDENSE, POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIALES Y ALTERNATIVAS.

Janaina Freire dos Santos Ferreira – UFCG/Brasil
janainasantos1983@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho pretende problematizar o discurso “neo-desenvolvimentista” do Estado Brasileiro, a partir da análise da posição assumida pelo referido país na execução da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Levando em consideração a possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento, onde o Brasil apareça como possibilidade contra hegemônica frente aos Estados Unidos, pretende-se compreender as contradições que permeiam as estratégias atuais do Brasil no caminho do desenvolvimento autônomo, através de uma política externa de desenvolvimento e integração a partir das economias periféricas da América Latina. A IIRSA, desenvolvida mais intensamente durante os governos de Lula da Silva (2002-2010), tem avançado rumo à integração do território sul-americano sob a hegemonia brasileira, fato que evidencia a modificação porque vem passando o Brasil no âmbito da sua participação na política e na economia internacionais. Desse modo, por ter sido a ascensão de Lula um momento de grande expectativa social, o presente trabalho parte da contradição que tem se revelado esse projeto de interligação bioceânica que, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) como seu principal fomentador regional, baseia-se em uma ação que se mostra cada vez mais integradora não entre povos, mas sim entre capitais. A demais, cabe questionar qual é o papel do Estado brasileiro, bem como da sua burguesia interna, na dinâmica da geopolítica atual? Afinal, ao que parece, esses são interesses que se mostram cada vez mais afinados na realização desse “neo-desenvolvimento” nacional do “Brasil potência”. Também: A execução da IIRSA pode ser apontada como uma reconfiguração territorial alternativa ou integrada ao imperialismo dominante? Assim, tanto a política do BNDES, que beneficia a expansão externa de empresas brasileiras pela América Latina, como a criação da IIRSA, servem como base a partir da qual é possível se problematizar os limites do desenvolvimento brasileiro.

Palavras-chave: Neo-desenvolvimentismo, Brasil, IIRSA.

INTRODUÇÃO

A força do modo de produção capitalista o faz se reconstruir permanentemente, lançando mão de estratégias que, ainda que tragam consigo novidades, pautam-se em bases outrora utilizadas. Assim, temáticas como a economia política e a sua relação com o desenvolvimento são retomadas na atualidade em novas condições históricas, fato que o presente trabalho visa investigar, seguindo uma questão: Sob que aspectos a estratégia neodesenvolvimentista, que se processa a partir do Brasil, sobre a América Latina, se apoia para se fazer novidade? Acredita-se que esse tema clássico e sempre relevante à Ciência Política, tem lançado mão de estratégias que, ainda que em curso estejam, merecem

ser problematizadas, como é o caso dos grandes projetos de integração, que trazem à reboque intenções políticas, como, por exemplo, pode-se ler no caso que se coloca a analisar o presente trabalho, o da Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, a IIRSA, uma das faces pelas quais se expressa uma das características que diferenciam o desenvolvimentismo atual daquele que ocorreu no passado brasileiro, iniciado na década de 1930.

Indo além da geração de negócios e não tendo na substituição de importações mais sua base, o investimento na integração, a partir da criação de infraestrutura para interligar áreas importantes do subcontinente, apresenta-se como uma possibilidade de analisar a atuação do Estado brasileiro e de sua burguesia interna enquanto uma estratégia, cujo movimento ao exterior, a expansão a partir dos países periféricos da América Latina denuncia não a busca por independência ou mesmo autonomia soberana, mas um aprofundamento da dependência ao imperialismo dominante, por cumprir o Brasil um papel expansionista pela busca do controle das fontes de recursos e matérias-primas, mas em alinhamento com os interesses imperialistas. Ou seja, trata-se de um desenvolvimentismo limitado, dentro das possibilidades dadas pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Desse modo, por meio da IIRSA, a América Latina se transformaria em peça chave no mercado internacional, por conta da exploração dos recursos naturais do território, tais como fontes de água, de minérios, petróleo e gás, via empresas transnacionais brasileiras, e usando corredores industriais do subcontinente, passando por áreas de biodiversidade mundialmente importantes e também por reservas indígenas. Assim, as longas estradas em construção pela IIRSA podem ser tomadas como rotas que colocam o território sul-americano cada vez mais em alinhamento com a pilhagem de estratégicos recursos para a continuidade da acumulação capitalista.

Diante desse cenário torna-se extremamente relevante discutir o papel desempenhado pelo Brasil frente a esse processo e enquanto formulador e executor dessa política de integração, sem deixar de lado a importância que tem o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) por ser seu principal fomentador regional e, assim, tentar problematizar o papel desse país enquanto líder regional. Logo, o presente trabalho tem como objetivo discutir o papel do Brasil no cenário internacional, problematizando o discurso “neodesenvolvimentista” adotado pelo Estado brasileiro durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). Buscando compreender a postura envergada pelo Brasil frente à execução da IIRSA, bem como as contradições que permeiam as estratégias atuais do país no caminho do desenvolvimento autônomo, através de uma política externa de desenvolvimento e integração que tem por base as economias periféricas da América Latina, a análise desse processo político-econômico vai na direção de tentar apontar os interesses da burguesia brasileira no processo e se há ou não uma reconfiguração territorial e da divisão regional do trabalho alternativa ou integrada ao imperialismo dominante.

I. MUDANÇAS OU PERMANÊNCIAS: SITUANDO O MODELO DE CRESCIMENTO BRASILEIRO.

Foi ainda em 1980, a chamada “década perdida”, que a estagnação do desenvolvimento brasileiro, gerada pela crise da dívida interna, transformou o Brasil num propício terreno para o florescimento das ideias neoliberais, que no país se consolidaram, tanto em práticas como em ideologia, na década de 1990. Naquele momento, a fração nacional da burguesia materializa as determinações do Consenso de Washington¹ visando promover o seu enquadramento econômico no âmbito internacional, mediante a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da República. Nas décadas seguintes, pode-se dizer que o que ocorreu foi um processo de institucionalização do neoliberalismo no Brasil, por meio das ações do Governo Fernando Henrique Cardoso, que em seus

dois mandatos (1995-2002), fez do neoliberalismo diretriz de governo, marcadamente, por sua política econômica, que teve como características “a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários.” (BOITO JR. 2003, p. 10).

Todavia, a chegada ao poder político brasileiro de um governo cujas reivindicações historicamente pautaram-se na esquerda (nas bases populares) e que se posicionava contrário ao Imperialismo estadunidense, à expropriação do capital internacional, e favorável a uma política externa independente (ao menos no discurso originário), fez ressurgir o debate sobre a “ilusão do desenvolvimento”² (ARRIGHI. 1998) e, mesmo diante da herança do ajustamento neoliberal, com a chegada de um candidato do PT ao poder, passou-se a discutir a possibilidade de autonomia político-econômica do desenvolvimento do Brasil em relação aos centros do capitalismo.

Concluídos os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), torna-se relevante a problematização dos moldes como vem se dando o crescimento brasileiro, destacadamente pela contradição entre o discurso governista inicial³ e as reais consequências desse “neodesenvolvimentismo”⁴ para o país e, obviamente, para os demais países da América Latina, para onde o Brasil estendeu as suas bases de crescimento.

Desse modo, justifica-se averiguar o que tem de novo esse “novo” modelo de desenvolvimento regional do Brasil (baseado nas relações Sul-Sul⁵). Trata-se, de fato, de um desenvolvimento pautado na equidade entre os povos da região, constituindo-se assim em uma alternativa capaz de não só trazer crescimento econômico, mas também transformações na vida das populações? São questões colocadas pois, segundo o que constata Francisco de Oliveira, para o Brasil se “não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, [...] não há possibilidade de avançar, [...] as bases internas da acumulação são insuficientes” (OLIVEIRA. 2006, p. 150). Assim, aquilo que oficialmente promoveria liberdade ao Brasil, como pretensamente anunciava o governo em questão, na verdade, teria tornado o país ainda mais ajustado à engrenagem da “dialética do desenvolvimento”⁶ (CELSO FURTADO, 1964).

O modelo econômico envergado pelo governo, a política do BNDES, que beneficia a expansão externa de empresas brasileiras pela América Latina⁷, a criação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, mais conhecida como IIRSA⁸, serviriam como base a partir da qual é possível problematizar os limites do desenvolvimento brasileiro. Pois, se havia, no discurso do governo Lula, uma “nova proposta” de (re)configuração de política externa brasileira de modo a pôr fim aos obstáculos impostos pelos países desenvolvidos às nações em desenvolvimento, através da melhoria na qualidade das exportações e da substituição competitiva de importações, como se explicam as crescentes mobilizações vindas de movimentos sociais e das populações pobres, em países como, por exemplo, a Bolívia, contra o processo de integração e criação de infraestrutura desenvolvidos pelo BNDES e acompanhado pela IIRSA? O papel assumido, na América Latina, por esses organismos seria um exemplo de um maior empoderamento da “burguesia interna”⁹, como defende Armando Boito Jr., professor de Ciência Política da Unicamp/Brasil, que teoriza defendendo a ocorrência de uma mudança no interior do modelo, a partir de Lula, e não uma mudança de modelo. Desse modo, o governo Lula da

Silva promoveu uma alteração nas relações do Estado brasileiro com a burguesia ao engendrar esse processo de empoderamento da grande burguesia interna industrial e agrária, melhorando, assim, de maneira considerável, a sua posição no interior do bloco no poder, sem contrariamente promover ameaça à hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder (BOITO JR., 2005, p.53).

Logo, a partir da análise do modelo político-econômico externo, desenvolvido pelo governo Lula, seria possível apontar para o Brasil uma possível postura variante da política neoliberal¹⁰, que não obstante não pode ser dissociada das suas bases internas de classe, fato que marca a peculiaridade do caso brasileiro no período em questão. Isso porque, o modelo político do governo Lula, internamente, coadunaria “a manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias.” Boito Jr. (2003, p. 11).

II. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL: A IIRSA COMO ESTRATÉGIA

O Brasil por combinar importante base econômica, com o papel político que desempenha no plano das relações internacionais, possui destaque estratégico salutar no processo de regionalização. Logo, a expansão internacional protagonizada pelo Estado Brasileiro, em sua clara representação dos interesses comerciais das frações da burguesia interna (que é industrial e agrária), torna possível encontrar nas bases econômicas do país ao menos um duplo movimento no bojo desse processo de investimento em infraestrutura por meio da IIRSA.

Primeiramente pode-se dizer que a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-americana produz um movimento de expansão internacional mediante a transnacionalização das empresas brasileiras, processo que se fortaleceu ainda na década de 1990 e que teve o neoliberalismo como seu facilitador, por ter promovido, como defende a pesquisadora Ana Saggiore Garcia, a liberalização de fluxo de capitais e importações, bem como a privatização das principais companhias estatais, fatos que propiciaram a expansão tanto de capitais, como das empresas brasileiras para o exterior¹¹.

Um segundo movimento que parte do processo de investimento em infraestrutura liderado pelo Brasil a partir dos países da América do Sul, que é o processo de integração física do subcontinente. As grandes obras, nas quais o Brasil tem investido através da IIRSA, trazem a equidade entre os povos e o altruísmo apenas no discurso, pois o que parece se processar é a efetivação de uma política para estabelecer a fluidez do espaço por meio da realização de grandes obras de infraestrutura, a saber a construção e ampliação de rodovias, gasodutos, ferrovias, sistema de telecomunicação, enfim, uma vasta gama de investimentos que serve como prova de que “o capitalismo incluiu a ampla mercantilização de processos – não só de troca, mas também os de produção e de investimento – antes conduzidos por vias não mercantis” (WALLERSTEIN, 2001, p.15).

Diante dessas consequências, vale ressaltar o contexto em que o desenvolvimentismo é reconduzido ao foco das preocupações para se traçar um modelo de crescimento no Brasil, que coincide com o momento de propagação do neoliberalismo. O encontro entre a proposta “neodesenvolvimentista” e o neoliberalismo trouxe para o país um cenário peculiar, que proporcionou ao governo de Lula da Silva a possibilidade de alteração das relações de classe no interior do bloco no poder, como já foi mencionado acima, mas sem romper com o capital financeiro. Ao mesmo tempo, o período em questão (2003-2010), é o momento no qual se verifica uma mudança no tocante à política externa brasileira mais atuante, afinal os esforços em torno da constituição da ALCA são dirimidos, ao passo que os esforços

estadunidenses¹² se concentram nos conflitos do Oriente Médio. Em artigo intitulado, “Brasil potência – realidade ou mito?”, Oliveiros S. Ferreira (2010) pinta o instante histórico no qual a estratégia brasileira foi iniciada:

Diante desse cenário internacional, a política externa do Governo Lula, liderada por Celso Amorim e perpassada por rugas históricas que a fez, no passado, transitar entre o alinhamento aos Estados Unidos quase que automático e a independência, se faz embasada em um discurso que, segundo Amado Cervo (2003), se pauta em quatro objetivos. Para o autor, o bilateralismo e a recuperação do universalismo para o estabelecimento de uma ordem mundial baseada no equilíbrio entre os diversos polos de poder e a partir de laços regionais cada vez mais estreitos seria uma primeira intensão dessa política externa. Some-se a isso a intensão do Brasil em promover um regionalismo independente, que para o autor, se expandirá à África, dada o papel também influente da Argentina sobre a América do Sul. O solucionamento da dependência seria um terceiro interesse, que se soma, finalmente, a quarta intenção expressa na política externa brasileira que seria a recuperação do legado diplomático pacifista e com vistas a cooperar para o desenvolvimento.

Todavia, passados os primeiros instantes de impacto do governo Lula e tendo o país dado continuidade a esse modelo de política externa, a análise dos impactos promovidos por projetos como a IIRSA sobre a América do Sul, parecem demonstrar que não é de interesse desse modelo de relação internacional, confronta-se com a hegemonia estadunidense. Ao contrário, como afirma Oliveiros S. Ferreira (2010)¹³, “Os Estados Unidos têm necessidade de que um país ao Sul do continente, ainda que retoricamente colocando-se contra algumas de suas políticas, não execute uma política externa que contrarie os interesses do Estado norte-americano”. Assim, a projeção de poder do Brasil sobre o seu entorno geográfico, a partir de uma política afirmativa de promoção e coordenação de um projeto de integração da América do Sul, parece o integrar cada vez mais aos ditames do Imperialismo norte-americano.

III.O QUADRO DE INTERESSES: A QUEM SERVE O NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E A SUA AGENDA DA INFRAESTRUTURA

O modelo de desenvolvimento regional do Brasil, baseado nas relações Sul-Sul, em seu caminho formativo, foi implantado e fortalecido por aquilo que Boito Jr. (2012) defende como sendo uma frente política neodesenvolvimentista, que “foi a base ampla heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff.”

Os interesses de classe dessa base de sustentação do neodesenvolvimentismo brasileiro demonstram o caráter contraditório desse projeto de integração a partir das economias periféricas da América do Sul. Isso porque, se em seu discurso formador¹⁴ a IIRSA surge como um acordo firmado para “configurar eixos de integração e desenvolvimento para viabilizar um futuro espaço econômico ampliado para a região, com especial atenção para a situação dos países que enfrentam relativo isolamento geográfico e dificuldade de acesso aos mercados internacionais”¹⁵, na prática quem mais ganhar com a política desenvolvimentista é a burguesia interna, fração do grande capital interno (BOITO Jr., 2012). Segundo o professor de ciência Política da Unicamp/Brasil, é essa burguesia interna que dirige a frente neodesenvolvimentista e que, ainda que composta por setores diversos da economia (construção, indústria, agronegócio, mineração e até mesmo bancos privados e estatais com capitais nacionais), se

unifica a partir da “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro (BOITO Jr., 2012, p. 7).

Assim sendo, a política externa do Estado brasileiro e a política econômica desenvolvimentista juntas passariam a priorizar os interesses da grande burguesia interna do Brasil, constatação que se reforça quando se observa as inúmeras manifestações contrárias ao avanço da hegemonia brasileira sobre os países da América do Sul, afinal, os acordos bilaterais que o governo realizou não põe no debate os impactos da atuação das empresas brasileiras e a degradação dos recursos naturais e as consequências sobre os povos tradicionais.

Sendo a IIRSA fomentada pelo BNDES, mas também orientada e financiada pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID)¹⁶, a análise da atuação desses organismos em países como, por exemplo, a Bolívia, serviriam para problematizar o neodesenvolvimentismo empreendido pelo governo Lula, uma vez que, na proposta articulados estão os interesses da grande burguesia interna brasileira, por meio de empresas multinacionais, fato que reforça as contradições interna e externa do governo Lula, que carecem ser analisadas como emblema dos limites do modelo de desenvolvimento pautado no crescimento a partir das relações comerciais com a periferia do sistema capitalista.

Na atuação das empresas brasileiras na Bolívia, por exemplo, de acordo com dados disponíveis no site do Ministério do planejamento, a Construção da Estrada Pailón-San José- Puerto Suárez¹⁷, que faz parte do eixo¹⁸ interoceânico central de atuação da IIRSA (figura 1), por exemplo, estariam sendo investidos recursos da ordem de 417 milhões de dólares.

Diante dessa atuação contraditória, surgem, assim, leituras diversas com vistas a elucidar o papel que o Brasil assumiria frente as mudanças que vêm se processando na esfera das relações internacionais.

A partir do fomento do BNDES às empresas brasileiras, assim como a integração física, energética e das telecomunicações promovida pela IIRSA, o resultado tem se voltado para um aumento da transnacionalização das empresas brasileiras, fato que repõe o debate acerca do caráter subimperialista do Estado brasileiro, conceito criado pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini para fazer referência à política de “Brasil-potência” adotada durante a ditadura a partir do golpe militar de 1964.

Ainda que sob novas bases, no que tange à explicação da estratégia de atuação do Estado brasileiro nas suas relações externas pautadas no desenvolvimento e na integração a partir das economias periféricas da América Latina, o Brasil tem se embasado numa atuação que mescla uma política externa de cooperação antagônica, a busca por novos mercados externos e uma aliança entre frações da burguesia interna, que sustenta esse projeto estratégico de atuação externa. Baseando-se nesse fato, pesquisadores retomam a tese do subimperialismo brasileiro. Por esta, em razão da superexploração, que limita o espaço interno de realização da mais-valia, o movimento ao exterior é uma necessidade das burguesias dos países dependentes, como o Brasil. Logo, tomando por base essa formulação, seria possível compreender os interesses da “nova situação do bloco no poder” no Brasil (BOITO JR. 2005, p.70) que, além de recorrer à superexploração do trabalho, como defendia Marini, também amplia a sua hegemonia regional, algo que o autor enxergou como sendo a criação de uma necessária esfera de influência regional própria. Nesse quadro, se tornaria pertinente formular a hipótese de que política externa e a economia brasileira realocam a atuação do Estado brasileiro na categoria de subimperialismo de Ruy Mauro Marini, ainda que com atualizações.

Logo, os investimentos em infraestrutura apontariam para um subimperialismo brasileiro, como afirma (SOUZA, 2012), pois:

“[...] é possível caracterizar a liderança brasileira na América do Sul como equivalente daquilo que Ruy Mauro Marini (1977) chamava

“subimperialismo”, através do qual o Brasil se afirma como hegemonia regional, voltado para a promoção dos interesses de frações as mais diversas do grande capital, criando na região o clima econômico e político favorável aos negócios”.

No movimento de projeção de poder do Brasil na América do Sul, há também aqueles que teorizam de modo a vislumbrarem a possibilidade de um processo de integração regional produtor de autonomia para os países sul-americanos e que são comuns a uma visão que centraliza o papel do Estado, que buscando a sua sobrevivência e o equilíbrio de forças, produz alianças regionais. Assim, surge o que os estudiosos dessa linha definem como liderança regional benigna.

Uma aliança subcontinental, desse modo, daria, de acordo com os defensores dessa corrente de pensamento, um caráter contra-hegemônico à liderança benigna, e anularia as influências políticas externas, sem falar que permitiria uma maior articulação entre os interesses de uma dada região. A leitura que se faz do Estado brasileiro, a partir dessa vertente teórica antimarxista e típica da chamada Escola Realista do estudo das relações internacionais, é que a sua atuação é legítima e natural devido ao seu posicionamento geográfico privilegiado, pois faz fronteira com quase todos os países da América do Sul, pela sua economia e por ser o maior Estado em tamanho e população. Para os defensores do conceito de liderança benigna, se há negociação entre os Estados, estes tomam por natural a direção de países como o Brasil, e veem como importante a liderança regional do mesmo frente aos processos de integração, cooperação e negociação, mesmo com os centros de poder.

Demonstrando as variações do conceito de imperialismo, formulado por Lênin, e

Se colocando como contraponto à ideia de globalização, neoliberalismo e mundialização do capital, há a defesa, por parte da autora Virgínia Fontes, da leitura analítica do movimento ao exterior do Estado Brasileiro como “Capital-Imperialismo” (FONTES, 2009). Segundo esse análise, a junção entre internacionalização das empresas brasileiras e a ampliação da concentração de capitais, coloca o Brasil na categoria de país imperialista, mesmo que a subalternidade aos centros do poder ainda se ocorra.

“Capital-imperialismo” diz respeito à fase atual do desenvolvimento do capitalismo, na qual o que predomina é um “capital fictício”, que ainda tem por base a exploração da força de trabalho e que se apresenta tendo como marcas suas a expansão do capital e a internacionalização da produção, que consolida a existência das multinacionais. Logo, a expansão da economia brasileira, a partir das economias periféricas se adequa à análise da(FONTES, 2009), pois:

“O ‘capital-imperialismo’ corresponde à “totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão e que, tendo ultrapassado determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora das fronteiras nacionais”, (p.152).

De todo modo, o fato de existirem variadas possibilidades para analisar teoricamente as estratégias atuais do Estado brasileiro no caminho do desenvolvimento, através de uma política externa de integração, que tem por base as economias periféricas da América Latina, só demonstra a importância de se lançar um olhar sobre esse processo, o que vai na direção de evidenciar as características marcantes dessa relação, com vistas a problematizar questões presentes nesse movimento, e que ainda precisam ser melhor discutidas, como o conceito de soberania e a defesa da autodeterminação dos povos nativos atingidos por esse projeto.

Enfim, como aponta Francisco de Oliveira, para o Brasil se “não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, [...] não há possibilidade de avançar, [...] as bases internas da acumulação são insuficientes” (OLIVEIRA. 2006, p. 150). E, desse modo, aquilo que se colocava nos discursos iniciais, como no Primeiro Encontro de Presidentes Sul-americanos ocorrido em 2000 e que lançou a IIRSA,

como fato promotor de autonomia, teria tornado o país ainda mais ajustado à engrenagem da “dialética do desenvolvimento”, como já anunciava Celso Furtado (1964).

CONCLUSÃO:

O Brasil, no contexto da IIRSA, tem levado adiante uma estratégia de investimentos na infraestrutura, que geralmente se dá sobre países de baixa industrialização e de grandeza de recurso energéticos.

A Bolívia, país aqui citado, é um exemplo de como o alvo da atuação brasileira é determinado, pois o mesmo é tido, por seus indicadores sociais, como: “um dos países mais pobres da América do Sul. Seu PIB em 2001 atingiu cerca de US\$ 8 bilhões, para uma população estimada em oito milhões de habitantes.” (TORRES FILHO. 2002, p. 106).

É inegável que após a crise de 2008, que golpeou os Estados Unidos e a União Europeia, a América do Sul se converteu em importante área onde o Brasil busca investir cada vez mais em infraestrutura. A IIRSA é uma prova de que segue em curso um avanço de uma estratégia pelo controle da hegemonia regional por parte do Brasil, objetivando um maior crescimento.

A cristalização por parte da burguesia interna brasileira, do projeto de uma política de desenvolvimento a partir do fomento em infraestrutura na periferia do sistema capitalista, demonstra mais que um processo econômico mais um movimento no qual só há possibilidade de análise crítica se compreendidos forem as imbricações entre economia e política.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, E., GENTILI, P. (Orgs). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-34
- AMIN, S. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: UNESP, 1998.
- ARRUDA SAMPAIO JR. **Brasil**: as esperanças não vingaram. OSAL, año VI, no 18. CLACSO, Buenos Aires, enero de 2006.
- DEL ROIO, Marcos. **Os Prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã editora, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Edunesp/Boitempo, 1997.
- FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura, ação católica americanismo e fordismo. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- BOITO JR., A. **A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula**. Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro 2003
- _____. **A burguesia no Governo Lula**. Crítica Marxista, n. 21, Campinas, pp. 52-76, novembro de 2005.
- _____. *O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo*. In: **Revista da Adusp**, 2005. Disponível em: www.cecac.org.br. Sem página numerada. Acesso em: 26/06/2011.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4ª edição, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FONTES, Virginia. **O imperialismo brasileiro.** Expressão Popular, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *Desenvolvimento e dependência.* In: **Arquivo de Ruy Mauro Marini** conlaanotación "Artigo publicado no Correio Braziliense, (1992)". Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm. Acesso em: 06 de agosto de 2011.

_____. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Lula e a hegemonia às avessas** [entrevista]. O Globo, Rio de Janeiro. 4 fev 2007.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os governos “pós-neoliberais” na América Latina (1999-2009):** uma análise comparativas. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e “ilusão” desenvolvimentista. Campina Grande, 2009.

SOUZA, Israel. **IIRSA e o subimperialismo brasileiro.** In: [http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2012/02/iirsa-e-o-subimperialismo brasileiro.html](http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2012/02/iirsa-e-o-subimperialismo-brasileiro.html). Acesso em 04 de abril de 2012.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **O Gasoduto Brasil-Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 9, N. 17, P. 99-116, JUN. 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

NOTAS:

¹ “A decisão de aderir ao Consenso de Washington teve graves reflexos sobre a luta de classes, pois a subordinação da vida econômica e social às exigências da ordem global deu início a um conjunto de contrarreformas que puseram em risco o próprio futuro do Brasil como sociedade nacional. As transformações no substrato social do capitalismo brasileiro daí decorrentes mudaram substancialmente a correlação de forças entre o capital e o trabalho.” Arruda Sampaio Jr (2006, p. 71)

¹ Giovanni Arrighi, em suas formulações teóricas, se mostra cético para com a ideia de que um país como o possa sair da periferia do capitalismo, pois o desenvolvimento exige o subdesenvolvimento para se perpetuar. Assim, ele divide os países entre aqueles pertencentes ao “núcleo orgânico”, os que são “semiperiféricos” e os “emergentes”. À semiperiferia restaria colher, segundo sua visão: “[...] apenas benefícios marginais quando estabelecem relações de troca com os Estados do núcleo orgânico, mas colhem a maioria dos benefícios líquidos quando estabelecem relações de troca com os Estados periféricos.” (ARRIGHI. 1997, p. 208).

¹ Revelador da proposta do governo Lula para o modelo de relação externa do Brasil foi a “Carta ao Povo Brasileiro”, publicada em 22 de junho de 2002, que apontava a volta do crescimento como “o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública”, assim como firmava: “Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social.” (Disponível in: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>, acesso em 04/09/2012).

¹ Trata-se de um conceito polissêmico, que pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens.

¹ Esse tipo de relação tem, diferente das relações entre países centrais e países periféricos (Norte-Sul), tem colocado o país numa posição internacional como uma espécie de “potência da periferia”, posição essa legitimada pelos discursos de autossuficiência em petróleo, programa de distribuição de renda, políticas de financiamento e crédito, permanência de tropas em missão de paz para o Haiti, etc.

¹ Mesmo usando esse termo, vale ressaltar que o subdesenvolvimento de alguns países resultava, de acordo com essa tese, justamente daquilo que determina o desenvolvimento dos demais, (FURTADO 1964). Dessa forma, o desenvolvimento estava ligado a um projeto de industrialização, defendido pela CEPAL, baseado na substituição de importações. Essa teoria

“foi posta em xeque quando, a princípios dos anos 60 e após um grande esforço de industrialização, os países latino-americanos mergulharam em uma grave crise econômica que não tardou a dar lugar a perturbações políticas [...] as ditaduras militares.” (MARINI, sem data; sem página numerada.)

¹ Vale ressaltar que a internacionalização desenvolvida pelo Brasil durante o governo Lula, e subsidiada pelo BNDES, não põe no debate questões como a degradação dos recursos ambientais e a reprodução, nas pequenas e médias economias da periferia do sistema capitalista, dos interesses imperialistas (ainda que em escala menor), situação esta analisada por Ruy Mauro Marini, o qual a nomeou como subimperialismo.

¹ A IIRSA “é um processo multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos.

O plano foi criado oficialmente em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, com a finalidade de integrar fisicamente a região. A base do planejamento são 10 Eixos de Integração da América do Sul que abrangem faixas geográficas de vários países que concentram ou possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o ‘desenvolvimento regional’. A coordenação operacional da IIRSA está a cargo da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

As negociações para a concretização da IIRSA têm evoluído, pois o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, encabeçou o projeto e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) já está financiando obras integrantes da iniciativa, embora não esteja inserido formalmente na IIRSA.”(Disponível in: <http://www.riosvivos.org.br/Canal/IIRSA/214>, acesso em 03/10/2012):

¹ De acordo com Nicos Poulantas (1978), nas relações internacionais, a classe dominante assume divisões que não somente se relacionam às suas atividades no processo de produção, dividindo assim o sociólogo e cientista político grego francês a **burguesia em nacional, compradora e interna**. Assim, a burguesia compradora é a fração burguesa defensora dos interesses imperialista. Já a burguesia nacional é a fração da burguesia mais progressista e disposta a alianças. Entre essas duas frações, há a burguesia interna, que por possuir sua base de acumulação internamente, é dependente do processo de movimento ao exterior imposto pela dinâmica de acumulação do capital quando esta extrapola as possibilidades de acumulação interna.

¹ Vale salientar que, a despeito de toda a discussão sobre o caráter neoliberal ou não do governo Lula, a hegemonia continua sendo do capital financeiro internacional.

¹ GARCIA, Ana Saggiore. *Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta*. IN: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: Um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 13.

¹ Há todo no tocante à perda da Hegemonia dos Estados Unidos.

¹Fonte: <http://www.politicaexterna.com/10196/brasil-potncia-realidade-ou-mito#ixzz2VCZJsLaq>
<http://www.politicaexterna.com>.

¹ Mediante acordo firmado em 2000, A IIRSA nasce “com o apoio técnico-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)” (CARRION, 2006, p. 2). Somente projetos foram financiados pelo o BID, tendo a maior parte destes ficado sob a responsabilidade do CAF e do BNDES, que passou a financiar o projeto em 2003 e se tornou um dos principais fomentadores. Já em 2010, CAF, BID E banco Mundial juntos, não superaram os investimento do BNDES (SANTIESTEBAN apud SOUZA, 2012).

¹ Organismo internacional diretamente controlado pelos Estados Unidos.

¹ Construída pela empresa brasileira OAS e a partir de financiamento do BNDES, a estrada, que tem 306 km atravessa uma reserva de 1,2 milhão de hectares.

¹ “Em termos espaciais, os projetos da IIRSA se encontram organizados em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID): Andino, do Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e do Sul. Cada um dos eixos da iniciativa foi delimitado a partir de sua vocação produtiva, que envolve as atividades econômicas atualmente dominantes e a infraestrutura básica existente, além das potencialidades a serem desenvolvidas tendo-se como referência a visão de negócios que se tem para cada região.” (Disponível in: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10>, Acesso em: 21/09/2011)